

RELATÓRIO

AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO SUPLETIVO DAS TECNOLOGIAS DE APOIO

(Despacho n.º 28936/2007)

ANO 2007

ÍNDICE

I.	Introdução	5
II.	Entidades envolvidas	6
III.	Distribuição de Tecnologias de Apoio por Entidades	8
IV.	Caracterização dos Beneficiários	9
i.	ISS, IP	9
ii.	IEFP, IP	15
iii.	DGS	19
V.	Tecnologias de Apoio/ Entidades Prescritoras	21
i.	ISS, IP	21
ii.	IEFP, IP	25
iii.	DGS	30
VI.	Caracterização da Execução Física e Financeira.....	33
i.	ISS, IP	33
ii.	IEFP, IP	34
iii.	DGS	38
VII.	Constrangimentos do Sistema Supletivo	40
i.	ISS, IP	40
VIII.	Sínteses	42
i.	ISS, IP	42
ii.	IEFP, IP	43
iii.	DGS	45
IX.	Conclusão	48
	Propostas	50
X.	Anexos	51

ÍNDICE de GRÁFICOS

Gráfico 1- Nº de Produtos atribuídos por Entidades	8
Gráfico 2 - Distribuição do número de beneficiários, por Centro Distrital (C.Dist) do ISS, IP	9
Gráfico 3 - Género (N.º e %)	10
Gráfico 4– Distribuição do Género, por C. Dist do ISS, IP (N.º)	10
Gráfico 5– Distribuição da Média de Idades (anos), por C. Dist do ISS, IP	12
Gráfico 6– Tipos de Deficiência (%).....	12
Gráfico 7– Sistemas de Saúde (N.º)	14
Gráfico 8– Tecnologias de Apoio atribuídas por Centros de Emprego e Entidades privadas....	15
Gráfico 9– Atribuição de Tecnologias de Apoio por Género.....	16
Gráfico 10- Distribuição das Pessoas Financiadas por Grupo Etário.....	16
Gráfico 11– Distribuição por Finalidade da Tecnologia de Apoio	17
Gráfico 12- Distribuição das Tecnologias de Apoio por tipologia de Deficiência.....	18
Gráfico 13 – Pessoas/ Tecnologias de Apoio por Tipologia de Deficiência	18
Gráfico 14 - Tecnologias de Apoio atribuídas por Administração Regional de Saúde	19
Gráfico 15– Atribuição de tecnologias de Apoio por Género	20
Gráfico 16- Distribuição das Tecnologias de Apoio por Tipologia de Deficiência	20
Gráfico 17– Entidades Prescritoras (N.º de prescrições).....	21
Gráfico 18 – Tecnologias de Apoio Atribuídas por Entidade Prescritora	25
Gráfico 19- TA atribuídas por Entidade Prescritora	26
Gráfico 20 – TA financiadas pelas Entidades Financiadoras quanto à finalidade	27
Gráfico 21- Percentagem das TA atribuídas por classificação ISO.....	37
Gráfico 22 - Execução Financeira Global por Administração Regional de Saúde	39
Gráfico 23- Percentagem da execução Financeira Global por Administração Regional de Saúde.....	39
Gráfico 24- Percentagem de AT atribuídas por Entidade Prescritora.....	43
Gráfico 25- Entidades Prescritoras / custo Global das TA atribuídas por ISO	44

ÍNDICE de TABELAS

Tabela 1- Distribuição de Tecnologias de Apoio por entidades.....	8
Tabela 2– Distribuição do número de Beneficiários, por Género, por C.Dist do ISS, IP.....	11
Tabela 3– Distribuição do número de beneficiários, por Tipo de Deficiência, por C.Dist do ISS, IP.....	13
Tabela 4- Distribuição do número de Beneficiários, por Sistema de Saúde, por C. Dist do ISS, IP.....	14
Tabela 5– Distribuição do número de Entidades Prescritoras, por C. Dist do ISS, IP.....	22
Tabela 6– Distribuição do Tipo Tecnologias de Apoio Atribuídas.....	23
Tabela 7– Distribuição das Tecnologias de Apoio atribuídas, por C. Dist do ISS, IP por Aquisição ou Manutenção.....	24
Tabela 8- TA financiadas pelo IEFP, quanto à finalidade e por Entidade Prescritora.....	25
Tabela 9- Execução Física e Financeira das Entidades Privadas.....	26
Tabela 10 – Execução Física e Financeira das Entidades Privadas.....	28
Tabela 11 – TA atribuídas por Classificação ISO.....	29
Tabela 12 - Custo médio das TA atribuídas por Classificação ISO.....	29
Tabela 13– Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Norte.....	30
Tabela 14 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Centro.....	31
Tabela 15 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Lisboa e Vale do Tejo.....	32
Tabela 16 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Lisboa e Vale do Tejo.....	32
Tabela 17– Distribuição do Montante Global Programado, Valor Executado e Taxa de.....	33
Tabela 18- Execução Física e Financeira Global.....	34
Tabela 19- Execução Por Entidade Prescritora.....	34
Tabela 20- Execução por Finalidade.....	35
Tabela 21- Execução Física e Financeira das Delegações.....	35
Tabela 22- TA atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo.....	36
Tabela 23 - Custo médio das TA atribuídas por Classificação ISO.....	36
Tabela 24 - TA atribuídas por Classificação ISO.....	37
Tabela 25 - TA atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo.....	38
Tabela 26- Síntese.....	42
Tabela 27- AT atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo (%).....	44
Tabela 28- Execução Financeira por Hospital.....	47

I. Introdução

O sistema supletivo descentralizado de ajudas técnicas foi criado na década de 90 por despachos dos Ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social e anualmente têm sido definidas as normas reguladoras da execução do financiamento destes produtos e nomeadamente a definição de procedimentos das entidades prescritoras e financiadoras e respectivos montantes.

Estas normas, publicadas em Despacho Regulamentar e assinadas pela directora do INR, surgem após a publicação do Despacho conjunto e de acordo com a audição do grupo de acompanhamento, cujas sucessivas avaliações anuais têm indicado que subsistem problemas no sistema

As Tecnologias de Apoio são materiais e equipamentos necessários à prevenção, habilitação, reabilitação e integração de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de forma a diminuir as desvantagens resultantes dessa incapacidade, e assim neutralizarem as limitações inerentes a uma plena participação social e profissional.

Estas Tecnologias de Apoio que são abrangidas pelo financiamento supletivo constam numa lista homologada, com base na classificação ISO 9999-2002, que está no Anexo IX do Despacho nº 28936/2007.

Assim, os Ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social determinaram, à semelhança dos anos anteriores, e através do Despacho Conjunto n.º 12370/2007 publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 117 de 20 de Junho de 2007 disponibilizar um montante global de doze milhões trezentos e setenta e seis mil trezentos e trinta e nove euros (€12 376 339), sendo que € 6 000 000,00 foram comparticipados pelo Ministério da Saúde e € 6 376 339 pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, dos quais:

- a. 3 822 379 Euros, provenientes do orçamento do Instituto da Segurança Social, e distribuídos pelos Centros Distritais de Segurança Social, destinados a financiar as ajudas técnicas prescritas pelos Centros de Saúde e Centros Especializados;
- b. 2 553 960 Euros, provenientes do orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, destinados ao financiamento das ajudas técnicas indispensáveis à formação profissional e ao emprego, incluindo o acesso aos transportes.

De acordo com o estabelecido no n.º 7 do Despacho Conjunto nº 12 370/2007, compete ao grupo de acompanhamento a elaboração de um relatório que inclua um

diagnóstico da execução anual dos diferentes organismos que actuam no âmbito do financiamento supletivo.

Tendo em vista o eficaz acompanhamento e avaliação da execução física e financeira das verbas disponibilizadas no âmbito do sistema supletivo, foram recolhidos, tratados e analisados os dados necessários à avaliação global da respectiva execução.

Constata-se a crescente necessidade de utilização de produtos e equipamentos, (Tecnologias de Apoio) pelo que se torna necessário um investimento permanente não só por parte das entidades competentes, como deverá existir um empenhamento e compreensão política face às necessidades apresentadas, de forma a atenuar as dificuldades desta população em participar em igualdade de circunstância, com os outros cidadãos.

O presente relatório de análise física e financeira teve por base os relatórios elaborados por:

- ISS, através das fichas de prescrição (Anexo VI), e mapas síntese (Anexo VIII) enviados pelos Centros Distritais de Segurança Social ao ISS que compilou e avaliou essa informação e elaborou o relatório.
- IEFP, através dos mapas enviados pelos centros de emprego (Anexo VII) e respectivos mapas síntese (Anexo VIII), que avaliou e elaborou o relatório.
- DGS, que igualmente através das fichas de prescrição (Anexo V), e mapas síntese (Anexo VIII), analisou a informação relativa aos Hospitais e elaborou o relatório

Estes 3 relatórios foram posteriormente enviados ao INR, IP que, como entidade coordenadora deste processo, os aglutinou no relatório final

II. Entidades envolvidas

As Entidades envolvidas neste financiamento supletivo das ajudas técnicas diferenciam-se, da seguinte forma:

- a) Entidades exclusivamente prescritoras
- b) Entidades prescritoras e financiadoras
- c) Entidades exclusivamente financiadoras.

1 - As entidades exclusivamente prescritoras foram:

Centros Especializados:

- Associação de Pais e Amigos de Crianças de Barcelos;

- Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas (APECDA);
- Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL)
- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Núcleos Regionais de Guimarães, Braga, Vila Real, Norte, Viseu, Sul / Lisboa, Évora, Beja e Faro);
- Casa Pia de Lisboa - Instituto Jacob Rodrigues Pereira;
- Centro de Inovação para Deficientes (CIDEF);
- Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão;
- Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian;
- Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra;
- Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto;
- Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão/Ranholas
- Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
- Centro Nacional de Apoio a Deficientes Profundos João Paulo II - Fátima;
- Clínica de Medicina Física e de Reabilitação da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde;
- Fundação Irene Rolo
- Hospital da Prelada no Porto;
- Hospital Infantil de São João de Deus - Montemor-o-Novo;
- Liga Portuguesa dos Deficientes Motores
- Unidade de Avaliação do Desenvolvimento e Intervenção Precoce do Campo Lindo (UADIP)
- Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto

2. As entidades prescritoras e financiadoras admitem 3 níveis:

- Nível 1 – Centros de saúde
- Nível 2 – Hospitais distritais e hospitais de nível 1
- Nível 3 – Hospitais distritais, hospitais de nível 1, hospitais centrais e centros especializados com equipa de reabilitação constituída por médico e pessoal técnico e especializado de acordo com a tipologia da deficiência e Centros de Emprego do IEFP, IP, com serviços de medicina do trabalho.

3. As entidades exclusivamente financiadoras foram:

- Centros de emprego e Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão

- Entidades privadas/centros de reabilitação profissional credenciados enquanto entidades financiadoras

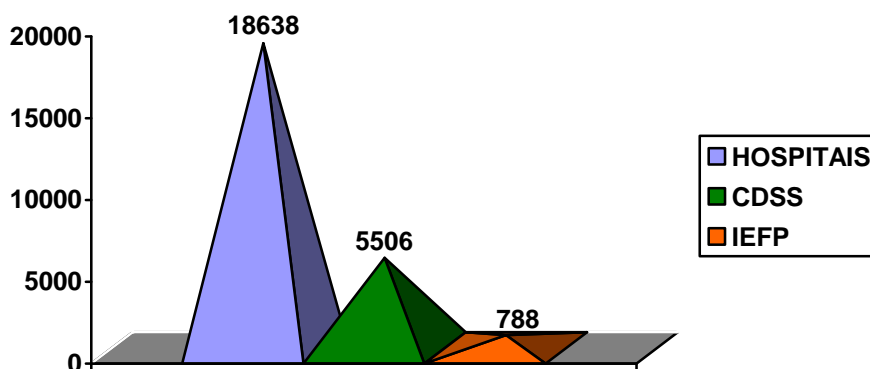
III. Distribuição de Tecnologias de Apoio por Entidades

Durante o ano de 2007 foram atribuídas **24.932** Tecnologias de Apoio através dos Hospitais, Centros Distritais da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Tabela 1- Distribuição de Tecnologias de Apoio por entidades

ENTIDADE	QUANTIDADE
HOSPITAIS	18.638
CDSS	5.506
IEFP	788
TOTAL	24.932

Gráfico 1- Nº de Produtos atribuídos por Entidades

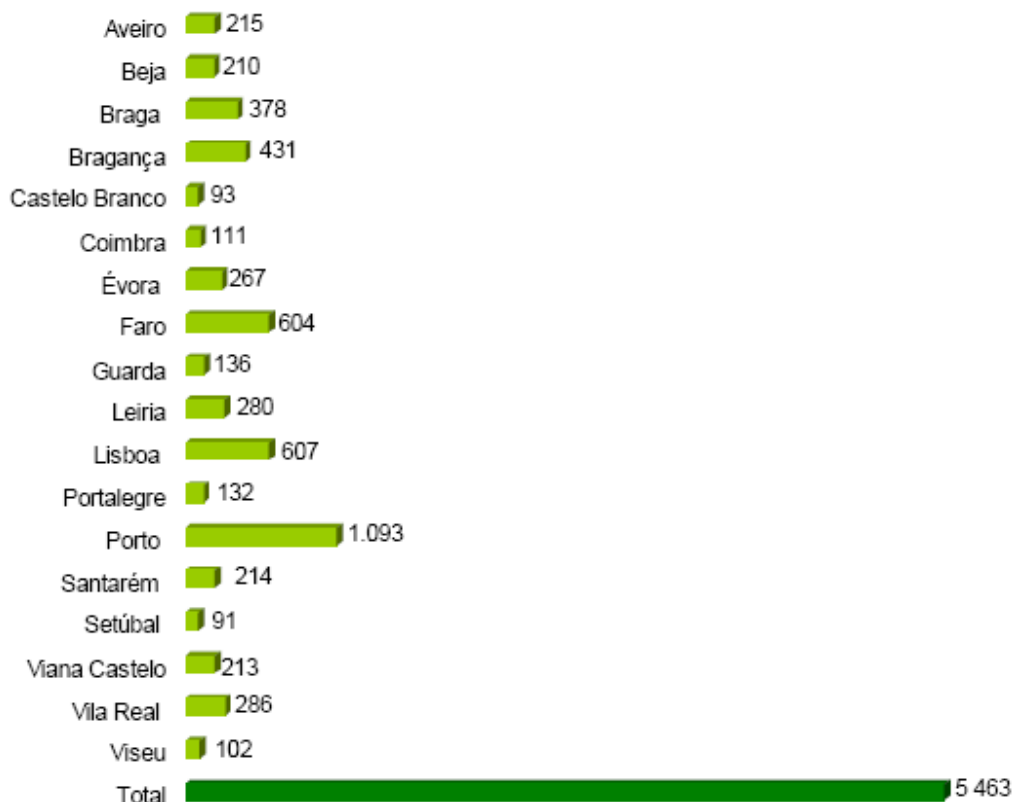


IV. Caracterização dos Beneficiários

i. ISS, IP

No âmbito do Sistema Supletivo, o ISS.I.P. apoiou em 2007 o total de 5.463 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com a seguinte afectação por distrito:

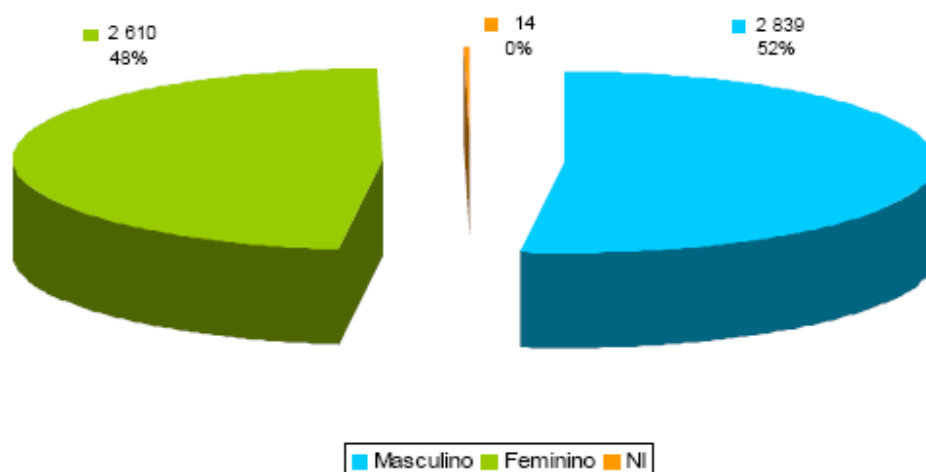
Gráfico 2 - Distribuição do número de beneficiários, por Centro Distrital (C.Dist) do ISS, IP



N = 5.463

No contexto nacional, na atribuição individual, houve uma distribuição equiparada quanto ao género, mas com uma ligeira preponderância do género masculino (52% eram homens e 48% mulheres).

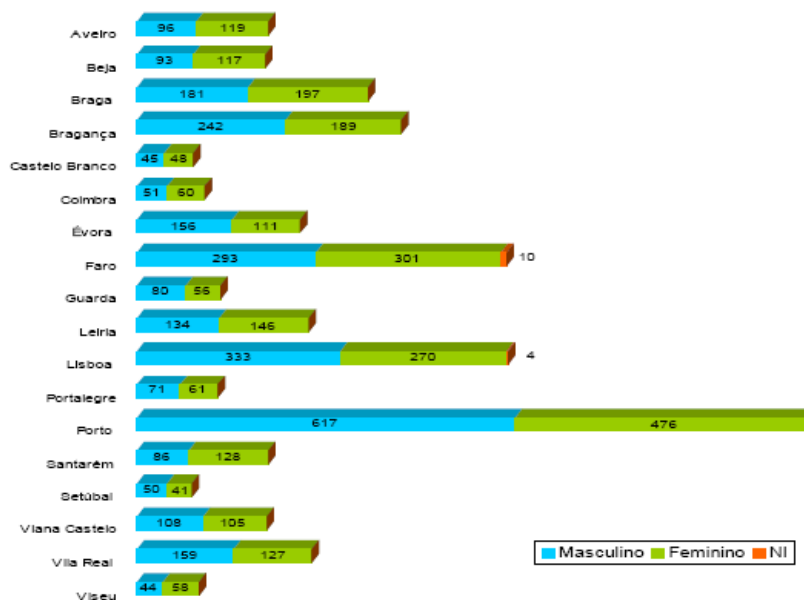
Gráfico 3 - Género (N.º e %)



N = 5.463

Os distritos de Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém e Viseu concederam em maior número a mulheres.

Gráfico 4– Distribuição do Género, por C. Dist do ISS, IP (N.º)



N = 5.463

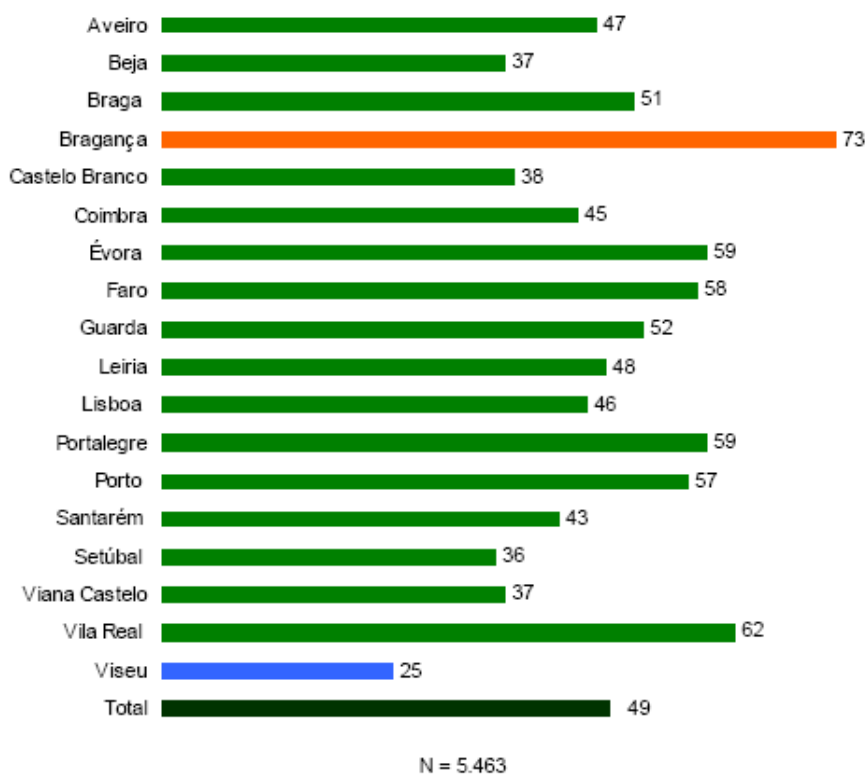
Tabela 2– Distribuição do número de Beneficiários, por Género, por CDist do ISS, IP

Centros Distritais	Total	Género		
		Masculino	Feminino	Não Identificado
Aveiro	215	96	119	0
Beja	210	93	117	0
Braga	378	181	197	0
Bragança	431	242	189	0
Castelo Branco	93	45	48	0
Coimbra	111	51	60	0
Évora	267	156	111	0
Faro	604	293	301	10
Guarda	136	80	56	0
Leiria	280	134	146	0
Lisboa	607	333	270	4
Portalegre	132	71	61	0
Porto	1.093	617	476	0
Santarém	214	86	128	0
Setúbal	91	50	41	0
Viana Castelo	213	108	105	0
Vila Real	286	159	127	0
Viseu	102	44	58	0
Total	5.463	2.839	2.610	14

No que se refere à média de idades, a média nacional são os 49 anos. No entanto, é de realçar que o distrito de Bragança apresenta uma variação média de 73 anos e o distrito de Viseu de 25anos.

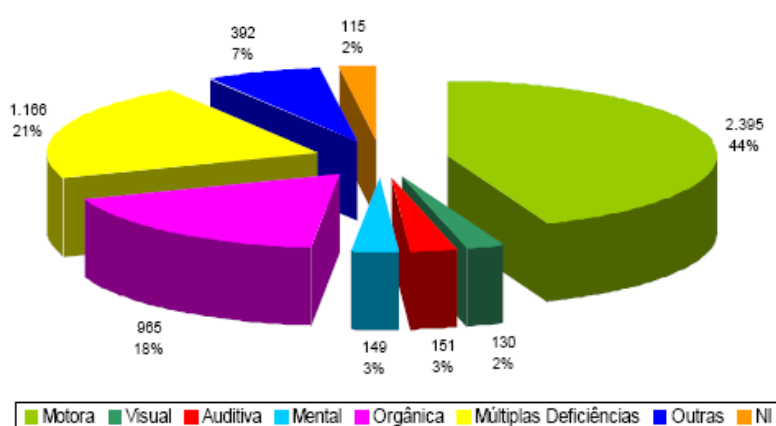
Na medida em que as médias não contemplam os limites mínimos e máximos é de referir que nos vários distritos se verificou a atribuição de ajudas técnicas a crianças com idades precoces, entre o primeiro ano de vida e os 5 anos, assim como a pessoas com idades avançadas, 80 aos e mais anos.

Gráfico 5– Distribuição da Média de Idades (anos), por C. Dist do ISS, IP



A tipologia de deficiência e/ou incapacidade mais frequente é a motora (44%), no entanto é de destacar que houve uma elevada preeminência de pessoas com múltiplas deficiências (21%).

Gráfico 6– Tipos de Deficiência (%)



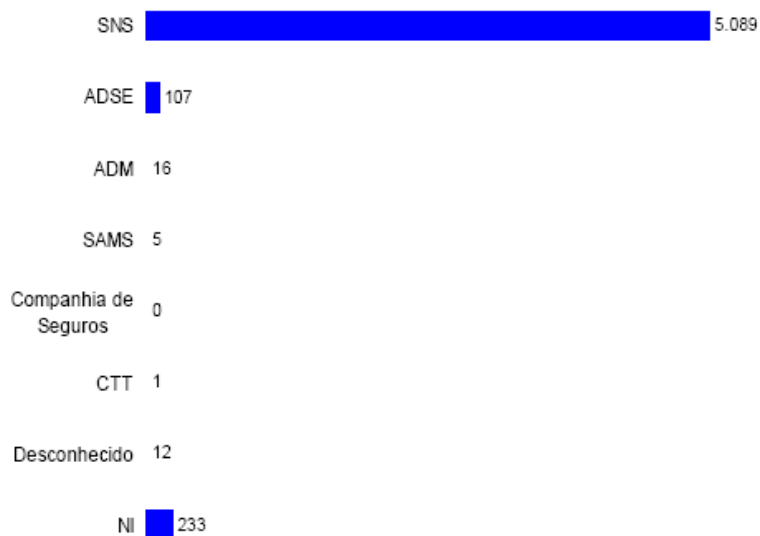
N = 5.463

Tabela 3– Distribuição do número de beneficiários, por Tipo de Deficiência, por C.Dist do ISS, IP

Centros Distritais	Tipo de Deficiência							Não Identificado
	Motora	Visual	Auditiva	Mental	Orgânica	Múltiplas Deficiências	Outras	
Avelro	170	27	3	0	9	0	6	0
Beja	72	18	6	10	26	65	12	1
Braga	173	10	23	10	92	10	59	1
Bragança	41	2	1	8	130	200	4	45
Castelo Branco	36	5	2	3	2	39	6	0
Coimbra	50	1	2	1	12	43	2	0
Évora	66	1	16	8	68	74	34	0
Faro	207	1	13	7	171	110	94	1
Guarda	85	1	1	2	33	13	1	0
Lelria	88	4	13	2	27	135	11	0
Lisboa	239	29	37	11	82	144	64	1
Portalegre	45	0	8	2	10	52	15	0
Porto	757	10	2	72	221	0	31	0
Santarém	91	1	1	5	12	99	5	0
Setúbal	46	5	12	1	2	21	4	0
Viana Castelo	66	7	0	2	6	66	0	66
Vila Real	101	6	4	3	57	72	43	0
Viseu	62	2	7	2	5	23	1	0
Total	2.395	130	151	149	965	1.166	392	115

Importa, ainda, referir que, no que se refere ao sistema de saúde ao qual estão enquadrados, a maior parte dos beneficiários pertencem ao Sistema Nacional de Saúde (94%), seguido pela ADSE (4%), sendo que existe uma grande diferença entre ambos.

Gráfico 7– Sistemas de Saúde (N.º)



N = 5.463

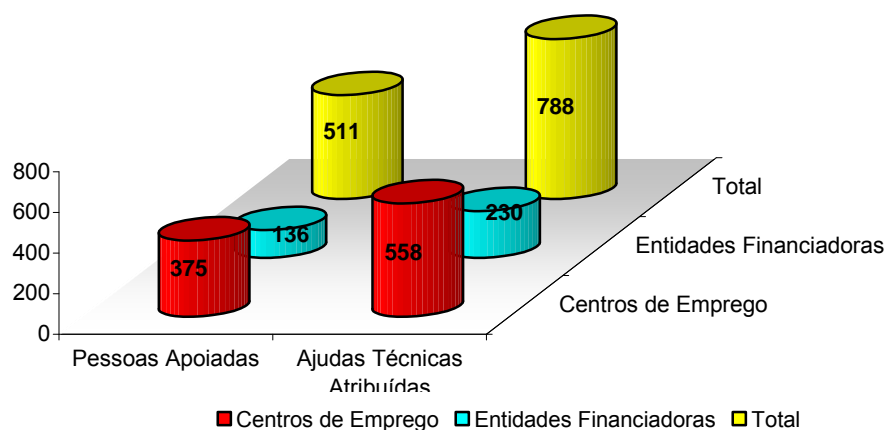
Tabela 4- Distribuição do número de Beneficiários, por Sistema de Saúde, por C. Dist do ISS, IP

Centros Distritais	SNS	ADSE	ADM	SAMS	Companhia de Seguros	CTT	Desconhecido	Não Identificado (NI)
Aveiro	215	0	0	0	0	0	0	0
Beja	192	9	5	0	0	0	3	1
Braga	378	0	0	0	0	0	0	0
Bragança	431	0	0	0	0	0	0	0
Castelo Branco	90	1	2	0	0	0	0	0
Coimbra	101	10	0	0	0	0	0	0
Évora	259	6	2	0	0	0	0	0
Faro	515	9	2	0	0	0	0	78
Guarda	129	4	0	0	0	0	0	3
Leiria	257	23	0	0	0	0	0	0
Lisboa	576	9	4	3	0	0	0	15
Portalegre	83	1	0	0	0	0	0	48
Porto	1.034	9	1	1	0	0	0	48
Santarém	212	2	0	0	0	0	0	0
Setúbal	59	9	0	0	0	0	9	14
Viana Castelo	179	10	0	0	0	0	0	24
Vila Real	281	3	0	0	0	0	0	2
Viseu	98	2	0	1	0	1	0	0
Total	5.089	107	16	5	0	1	12	233

ii. IEFP, IP

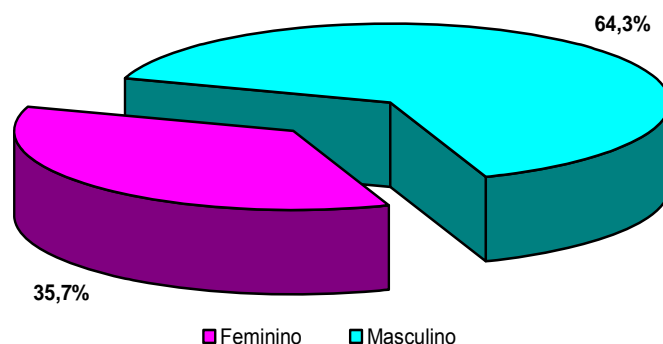
Da análise efectuada foi possível apurar, em 2007, o financiamento de 788 Tecnologias de Apoio a 511 pessoas com deficiência; 558 Tecnologias de Apoio foram atribuídas a 375 pessoas e foram financiadas pela rede de centros de emprego e Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão e 230 Tecnologias de Apoio foram atribuídas a 136 pessoas, as quais foram financiadas pelas entidades privadas/centros de reabilitação constantes no anexo IV do Despacho n.º 28936/2007, de 20 de Dezembro.

Gráfico 8– Tecnologias de Apoio atribuídas por Centros de Emprego e Entidades privadas



Relativamente aos abrangidos por género, verifica-se que das 788 Tecnologias de Apoio atribuídas, 281 foram atribuídas a mulheres e 507 atribuídas a homens, conforme ilustrado no gráfico que se segue.

Gráfico 9– Atribuição de Tecnologias de Apoio por Género

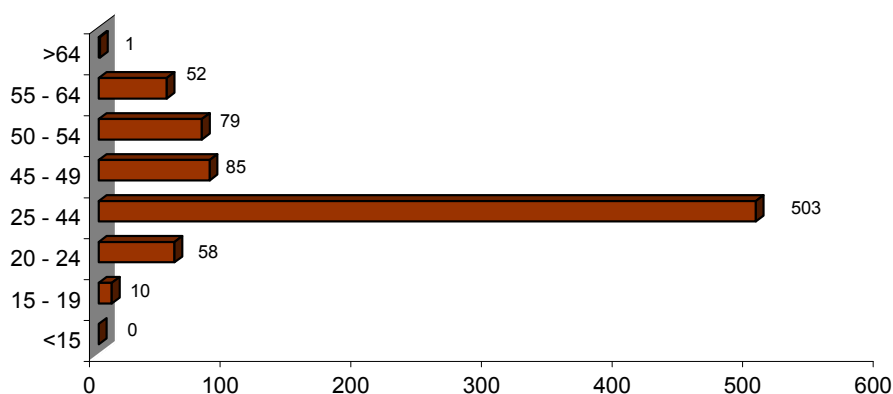


TECNOLOGIAS DE APOIO POR GRUPOS ETÁRIOS

No que se refere à distribuição por grupos etários (Gráfico 11), verifica-se que a maioria das Tecnologias de Apoio foram atribuídas a pessoas com deficiência e com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (63,8%), seguindo-se o grupo etário dos 45 aos 49 anos (10,8%), e a dos 55 aos 64 anos (10%).

Destaca-se, ainda, que 8,7% das Tecnologias de Apoio foram atribuídas a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (1,3% a jovens entre os 15 e os 19 anos e 7,4% a jovens entre os 20 e os 24 anos) e que tendencialmente se destinaram ao acesso e frequência de formação profissional.

Gráfico 10- Distribuição das Pessoas Financiadas por Grupo Etário

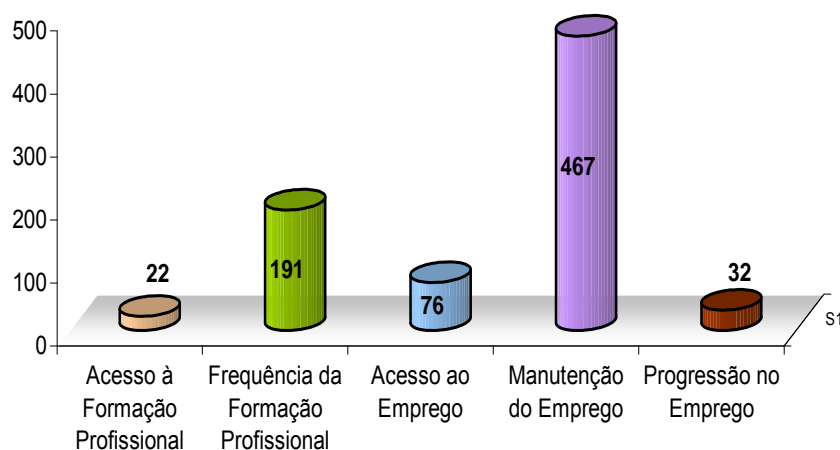


TECNOLOGIAS DE APOIO POR FINALIDADE

Analisando as Tecnologias de Apoio atribuídas face às finalidades para que foram solicitadas, podemos concluir que 59,3% (467) das Tecnologias de Apoio destinaram-se à manutenção no emprego, 24,2% (191) à frequência de formação profissional, (o

que vem significar em função dos dados apresentados no ponto 3.2 que muitas pessoas com mais de 24 anos acederam com o apoio do IEFP, I.P. a acções de formação profissional, inicial ou continua, 9,6% (76) tiveram por objectivo facilitar o acesso ao emprego e 4,1% (32) destinaram-se à progressão no emprego. Foram deste modo, as pessoas empregadas quem mais beneficiou dos apoios concedidos no âmbito do Sistema Supletivo de Financiamento.

Gráfico 11– Distribuição por Finalidade da Tecnologia de Apoio



TECNOLOGIAS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA

No que se refere à tipologia das deficiências, constata-se que foram as pessoas com deficiências músculo-esqueléticas (463), as que mais beneficiaram das Tecnologias de Apoio financiadas pelo IEFP, I.P., imediatamente seguidas das pessoas com deficiência visual (264).

Gráfico 12- Distribuição das Tecnologias de Apoio por tipologia de Deficiência

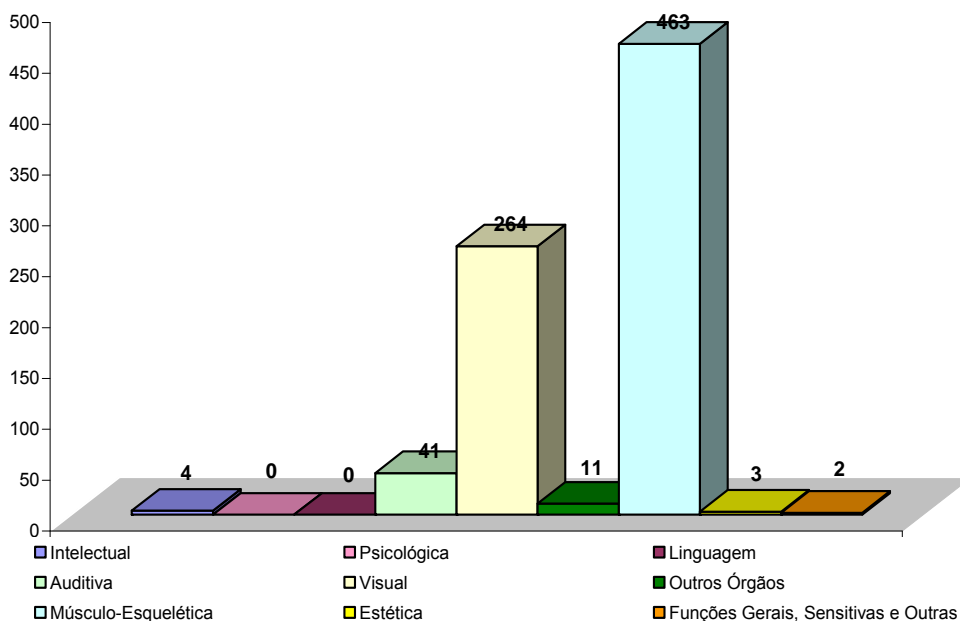
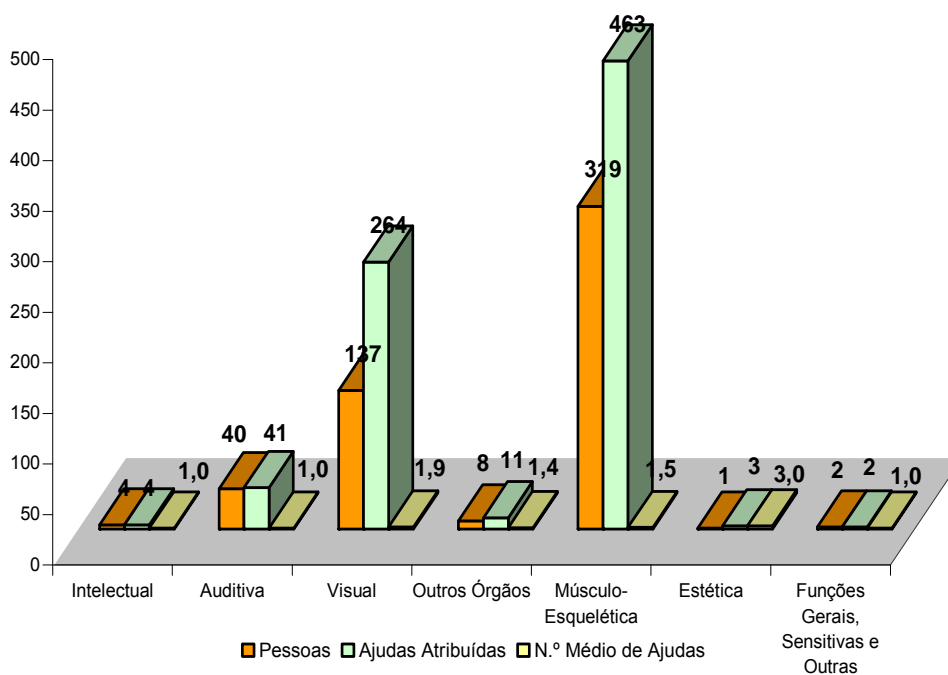


Gráfico 13 – Pessoas/ Tecnologias de Apoio por Tipologia de Deficiência



Da análise do Gráfico 14 podemos no entanto verificar que são as pessoas com deficiência visual que, em termos médios, solicitaram e obtiveram maior número de

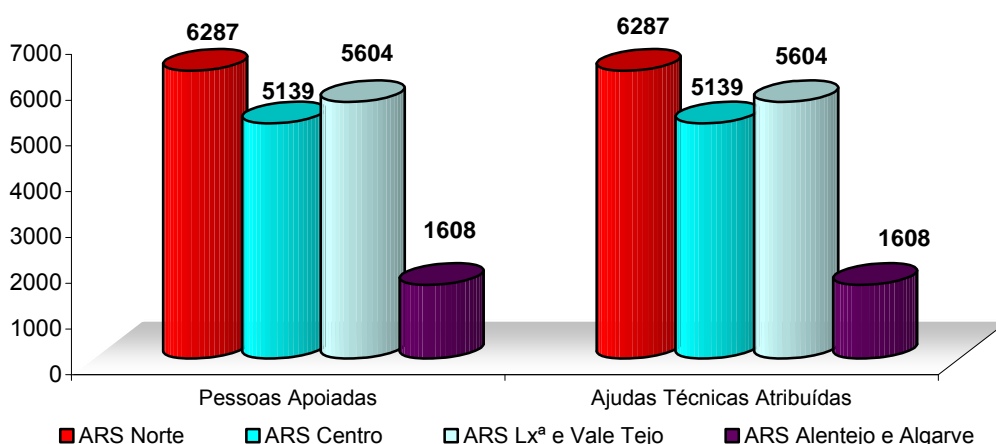
Tecnologias de Apoio, com uma média de 1,9 por pessoa, logo seguidas das pessoas com deficiência músculo-esquelética com uma média de 1,5.

Analisando paralelamente, o número total de Tecnologias de Apoio atribuídas, verifica-se que 17,4% de pessoas com deficiência visual beneficiaram de 33,5% das ajudas, e que as 40,5% de pessoas com deficiências músculo esqueléticas beneficiaram de 58,8% das Tecnologias de Apoio totais atribuídas.

iii. DGS

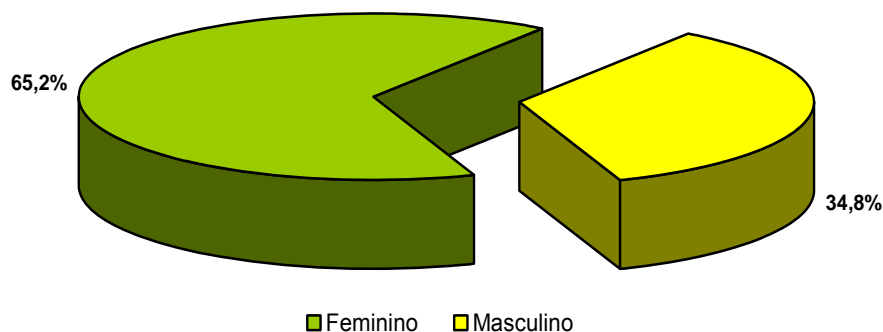
Da análise efectuada foi possível apurar que, em 2007, o financiamento de 18.638 Tecnologias de Apoio, disponibilizadas pelos hospitais do SNS, teve a seguinte distribuição regional: ARS do Norte 6.287, ARS do Centro 5.139, ARS de Lisboa e Vale do Tejo 5.604 e ARS do Alentejo e Algarve 1.608.

Gráfico 14 - Tecnologias de Apoio atribuídas por Administração Regional de Saúde



Relativamente à distribuição por género, e reportando-nos a um total de 5947 Tecnologias de Apoio atribuídas que constituem uma amostra de cerca de 34% do universo atribuído em 2007, foram atribuídas 3879 Tecnologias de Apoio a mulheres e 2068 a homens, conforme ilustrado no gráfico que se segue (nº 15).

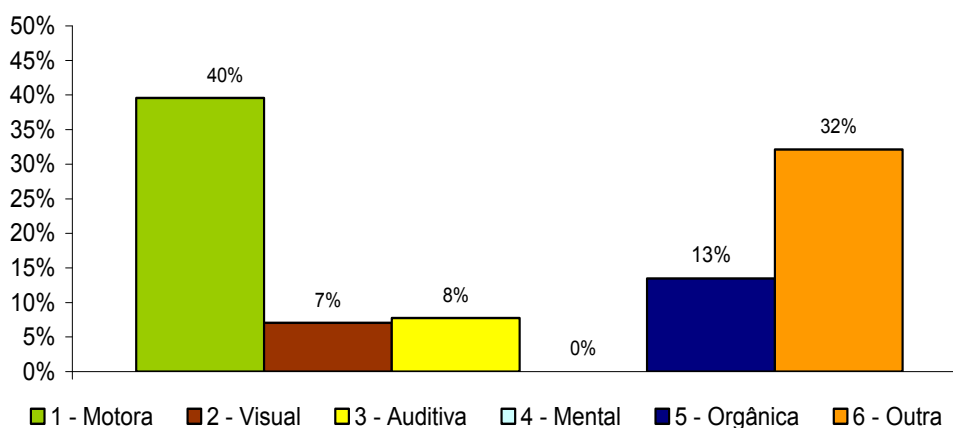
Gráfico 15– Atribuição de tecnologias de Apoio por Género



TECNOLOGIAS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA

No que se refere à distribuição por tipologia de deficiência (Gráfico 16), e reportando-nos novamente a um total de 5947 Tecnologias de Apoio atribuídas, que constituem uma amostra de cerca de 34% do universo atribuído em 2007, verifica-se que a maior parte das Tecnologias de Apoio foram atribuídas a pessoas com deficiência motora (40%), seguindo-se um grupo não especificado que abrange 32% da amostra.

Gráfico 16- Distribuição das Tecnologias de Apoio por Tipologia de Deficiência



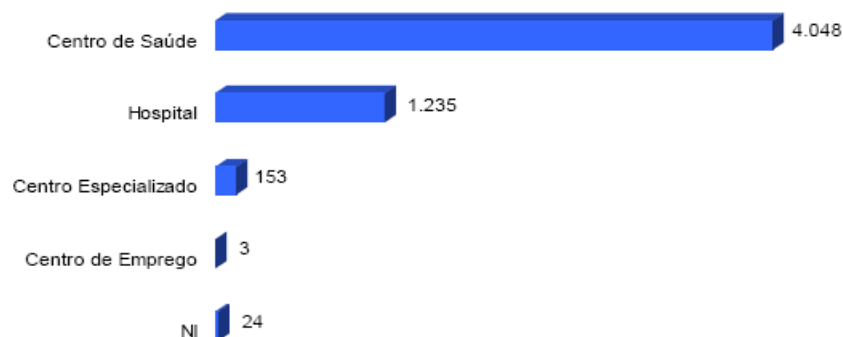
V. Tecnologias de Apoio/ Entidades Prescritoras

i. ISS, IP

No ano de 2007, foram atribuídas pelo ISS, um total de 5.506 Tecnologias de Apoio. Os beneficiários, a fim de serem abrangidos por este Sistema, entregaram prescrições médicas elaboradas pelos Centros de Saúde (74%), pelos Hospitais (23%) e pelos Centros Especializados (3%).

O Centro de Emprego foi entidade prescritora em três casos em Lisboa.

Gráfico 17– Entidades Prescritoras (N.º de prescrições)



N = 5.463

Tabela 5– Distribuição do número de Entidades Prescritoras, por C. Dist do ISS, IP

Centros Distritais	Centro de Saúde	Hospital	Centro Especializado	Centro de Emprego	NI
Aveiro	147	0	68	0	0
Beja	119	91	0	0	0
Braga	348	22	8	0	0
Bragança	426	5	0	0	0
Castelo Branco	55	37	1	0	0
Coimbra	62	49	0	0	0
Évora	214	42	11	0	0
Faro	553	41	0	0	10
Guarda	116	17	1	0	2
Leiria	180	100	0	0	0
Lisboa	398	139	62	3	5
Portalegre	112	20	0	0	0
Porto	843	250	0	0	0
Santarém	138	75	1	0	0
Setúbal	44	41	0	0	6
Viana Castelo	100	111	1	0	1
Vila Real	159	127	0	0	0
Viseu	34	68	0	0	0
Total	4.048	1.235	153	3	24

No contexto nacional, houve uma grande diversidade na atribuição e financiamento de Tecnologias de Apoio. Por esse motivo, de forma a fazer uma análise mais detalhada, para a realização do presente relatório, seleccionaram-se as Tecnologias de Apoio mais constantes. Desta análise verificou-se que as Tecnologias de Apoio mais atribuídas foram as fraldas (31%), seguindo-se as cadeiras de rodas (14,6%). Apesar de terem pouca expressão, verificou-se o financiamento de Tecnologias de Apoio tais como computadores adaptados, acessórios para computadores e softwares informáticos.

Na Tabela que se segue é possível verificar a diversidade da tipologia de Tecnologias de Apoio financiadas em 2007

Tabela 6– Distribuição do Tipo Tecnologias de Apoio Atribuídas

Fraldas	1.711
Cadeiras de Rodas	664
Cadeiras de Rodas Eléctricas	134
Acessórios p/ Cadeira de Rodas	115
Triciclo Motorizado	4
Cadeiras de Transporte	43
Cadeiras de Posicionamento	33
Cadeiras electrónicas p/ escadas	2
Cadeiras de Banho	152
Andarilhos	30
Canadianas	8
Elevadores de Transferência	27
Camas Articuladas	262
Guardas Laterais	59
Colchões Tripartidos	60
Colchões Anti-escaras	236
Almofadas anti-escaras	138
Resguardos	33
Próteses Auditivas	125
Próteses Oculares	7
Próteses Dentárias	387
Próteses Mamárias	17
Aparelhos de Ortodôncia	8
Aparelhos Auditivos	7
Dentaduras	13
Óculos	44
Perucas	8
Meias Elásticas	29
Calçado Ortopédico	45
Computadores Adaptados	48
Impressoras	6
Programas GRID	10
Outras	1.041
Total	5.506

Importa, ainda, referir que as pessoas apoiadas solicitaram este financiamento principalmente para aquisição (77,8%), enquanto que apenas 22,2% dos pedidos tinham como objectivo a manutenção. De salientar que a manutenção refere-se ao financiamento de acessórios para Tecnologias de Apoio que o beneficiário já detinha (ex. acessórios para cadeiras de rodas, computadores adaptados, camas articuladas, entre outros) ou dizem, ainda, respeito a pessoas que já beneficiaram deste Sistema em anos anteriores para continuidade de aquisição de produtos de uso diário e desgaste rápido (ex. fraldas, resguardos, entre outros).

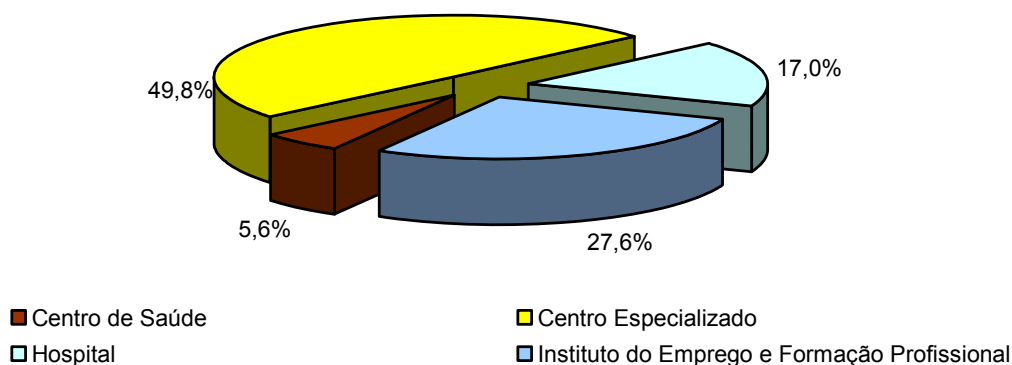
Tabela 7– Distribuição das Tecnologias de Apoio atribuídas, por C. Dist do ISS, IP por Aquisição ou Manutenção

Centros Distritais	Aquisição	Manutenção	NI
Aveiro	208	7	0
Beja	209	1	0
Braga	378	0	0
Bragança	431	0	0
Castelo Branco	68	25	0
Coimbra	108	3	0
Évora	141	125	1
Faro	0	0	604
Guarda	130	6	0
Leiria	279	1	0
Lisboa	463	55	89
Portalegre	131	1	0
Porto	1.091	2	0
Santarém	214	0	0
Setúbal	91	0	0
Viana Castelo	212	1	0
Vila Real	0	0	286
Viseu	99	3	0
Total	4.253	230	980

ii. IEFP, IP

Numa análise por entidade prescritora constata-se que das Tecnologias de Apoio financiadas pelos centros de emprego e centro de reabilitação profissional de Alcoitão em 2007, 49,8%, foram prescritas por entidades privadas/centros de reabilitação e 27,6 % foram prescritas pelos Serviços do IEFP, I. P. alcançando no conjunto o valor de 77,4%. Os restantes 22,6% referem-se a Tecnologias de Apoio prescritas por outras entidades, a saber, Hospitais (17%) e Centros de Saúde (5,6%), tal como se pode observar no Gráfico 15.

Gráfico 18 – Tecnologias de Apoio Atribuídas por Entidade Prescritora



Já no que se refere à finalidade das Tecnologias de Apoio financiadas por prescritor, verifica-se a tendência generalizada para a prevalência na prescrição de Tecnologias de Apoio para a manutenção do emprego (399) seguida das prescrições para a frequência da formação profissional (75).

Tabela 8- TA financiadas pelo IEFP, quanto à finalidade e por Entidade Prescritora

DELEGAÇÕES REGIONAIS	Acesso à Formação Profissional	Frequência da Formação Profissional	Acesso ao Emprego	Manutenção do Emprego	Progressão no Emprego	Total
Centro de Saúde	1	3	1	25	1	31
Centro Especializado	3	35	18	213	9	278
Hospital	0	20	6	61	8	95
IEFP, I.P.	1	17	27	100	9	154
Total	5	75	52	399	27	558

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS ENTIDADES PRIVADAS/CENTROS DE REABILITAÇÃO

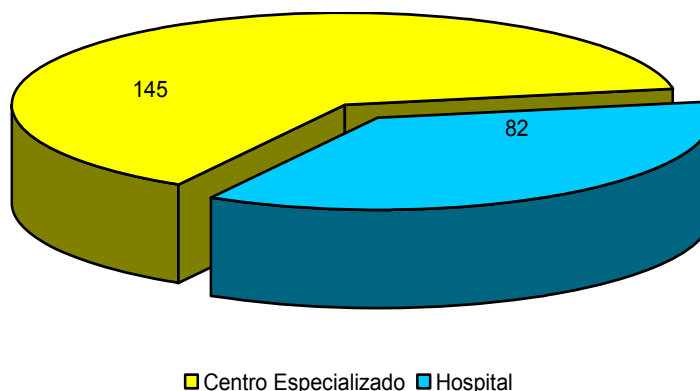
Quanto à execução das entidades/centros de reabilitação profissional credenciados como prescritores e financiadores de Tecnologias de Apoio (Tabela 14), verificou-se para o global destas entidades uma taxa de execução de 46,3 %, facto este que também está ligado à ausência de execução de três dos centros prescritores (CIDEF, CERCIMOR e LPDM)

Tabela 9- Execução Física e Financeira das Entidades Privadas

DELEGAÇÕES REGIONAIS	Pessoas Apoiadas	Técnicas Atribuídas	Montante Atribuído	Montante Executado	Taxa de Execução
ACAPO	4	4	10.000,00	4.817,22	48,2%
APPC - Núcleo Regional do Centro	56	90	125.000,00	125.000,08	100,0%
ARCIL	9	15	142.500,00	39.290,79	27,6%
CERCIFAF	11	16	15.000,00	21.659,12	144,4%
CERCIMOR	0	0	1.000,00	0,00	0,0%
CIDEF	0	0	50.000,00	0,00	0,0%
CRP de Gaia	54	101	300.000,00	153.445,44	51,1%
Fundação Irene Rolo	2	4	7.500,00	2.337,66	31,2%
LPDM	0	0	97.500,00	0,00	0,0%
Total	136	230	748.500,00	346.550,31	46,3%

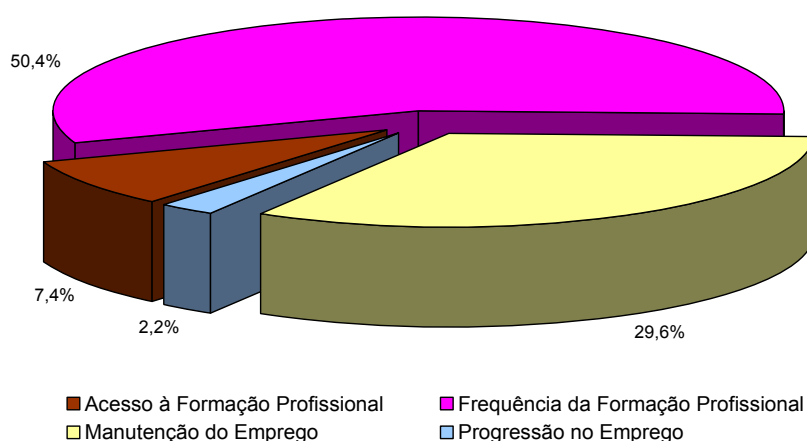
Numa análise por entidade prescritora constata-se que das Tecnologias de Apoio financiadas pelas entidades privadas em 2007, 91,3%, foram prescritas por entidades privadas/centros de reabilitação sendo que os restantes 8,7% foram prescritos pelos Hospitais.

Gráfico 19- TA atribuídas por Entidade Prescritora



Já no que se refere à finalidade das Tecnologias de Apoio financiadas verifica-se que o maior volume de prescrições se destina à frequência de formação profissional (50,4%), seguidas das prescrições relacionadas com a manutenção do emprego (29,6%) seguidas das atribuições para o acesso ao emprego, formação profissional e progressão no emprego.

Gráfico 20 – TA financiadas pelas Entidades Financiadoras quanto à finalidade



CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS TECNOLOGIAS DE APOIO ATRIBUÍDAS

As Tecnologias de Apoio abrangidas pelo sistema supletivo aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 13 370/2007, de 20 de Junho, são prescritas por acto médico em consulta externa. Deste modo, as prescrições podem ser provenientes do sistema de saúde, Centros de Saúde e Hospitais, dos Centros Especializados com equipa de reabilitação constituída por médico e pessoal técnico especializado e dos Centros de Emprego do IEFP, I. P. com serviços de medicina do trabalho, devendo constar obrigatoriamente da lista homologada e visar atenuar as limitações de actividade e restrições na participação social e profissional das pessoas com deficiência ou incapacidade.

A lista homologada, que constitui anexo IX do Despacho n.º 28936/2007, de 20 de Dezembro, realiza o agrupamento das Tecnologias de Apoio passíveis de financiamento, em função de códigos ISO, por Classes, Subclasses e Divisões

identificadas através de um código numérico até seis dígitos, distribuídas da seguinte forma:

Classe 04: Ajudas para Tratamento Clínico Individual

Classe 05: Ajudas para Treino de Capacidades

Classe 06: Ortóteses e Próteses

Classe 09: Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção

Classe 12: Ajudas para Mobilidade Pessoal

Classe 15: Ajudas para Cuidados Domésticos

Classe 18: Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais

Classe 21: Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização

Classe 24: Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias

Classe 27: Ajudas e equipamento para Melhorar o Ambiente, Ferramentas e Máquinas

Classe 30: Ajudas para Recreação

Em termos globais podemos verificar que a maior percentagem de Tecnologias de Apoio atribuídas foi efectuada na Classe 21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização representando 40,4% (318) do total das atribuições, logo seguidas da Classe 12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal, com 35% (276). Em conjunto estas duas classes representam mais de 75% do total das prescrições financiadas.

Tabela 10 – Execução Física e Financeira das Entidades Privadas

Classificação ISO	Delegações Regionais / Centros de Emprego	Entidades	Total
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	11	21	32
06 - Ortóteses e Próteses	57	37	94
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	2	15	17
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	199	77	276
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	0	2	2
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	5	22	27
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	270	48	318
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	14	8	22
Total	558	230	788

TECNOLOGIAS DE APOIO ATRIBUÍDAS PELAS DELEGAÇÕES REGIONAIS/IEFP, I. P.

No quadro 4 encontram-se contabilizadas o número total de Tecnologias de Apoio atribuídas e financiadas pelos centros de emprego adstritos às respectivas Delegações Regionais, por classificação ISO, bem como os montantes gastos em cada uma das classes.

Tabela 11 – TA atribuídas por Classificação ISO

Classificação ISO	Ajudas Técnicas Atribuídas	Montante Pago
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	11	4.597,85
06 - Ortóteses e Próteses	57	179.596,63
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	2	2.953,97
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	199	808.692,06
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	5	20.669,53
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	270	683.098,76
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	14	10.657,63
Total	558	1.710.266,43

As três classes das Tecnologias de Apoio mais financiadas pelos centros de emprego, foram a classe 21 – Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização (270), seguida da classe 12 – Ajudas para a Mobilidade (199), e da classe 06- Ortóteses e Próteses (57).

Tabela 12 - Custo médio das TA atribuídas por Classificação ISO

Classificação ISO	Custo Médio Por Ajuda Atribuída
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	417,99
06 - Ortóteses e Próteses	3.150,82
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	1.476,99
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	4.063,78
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	4.133,91
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	2.530,00
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	761,26
Total	3.064,99

Em termos comparativos de custos médios não podemos deixar de observar que as classes que maiores custos médios têm são a Classe 18 e a Classe 12.

iii. DGS

Em 2007, foram atribuídas pelos Hospitais um total de **18.638** Tecnologias de Apoio, prescritas a doentes em consulta externa.

As tabelas que se seguem reportam a distribuição do número de Ajudas Técnicas prescrito por cada entidade prescritora, em cada uma das quatro Administrações Regionais de Saúde existentes.

Tabela 13– Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Norte

Entidade Prescritora	Numero Prescrito	Total
Hospital S. Marcos (Braga)	345	
Hospital Distrital Valongo	0	
Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro	282	
Centro Hospitalar Alto Ave	199	
Centro Hospitalar Médio Ave	62	
Hospital S. João	1379	
Hospital St. António	1160	
Hospital Sta .Maria da Feira	234	
Hospital Sta. M. ^a Maior (Barcelos)	25	
IPO(Porto)	1912	
Centro Hospitalar Porto / Maria Pia	28	
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia	214	
Centro Hospitalar Alto Minho	139	
Centro Hospitalar Tâmega e Vale Sousa	107	
Centro Hospitalar Nordeste Transmontano	117	
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim e Vila do Conde	20	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos	64	
ARS Norte		6287

Tabela 14 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS do Centro

Entidade Prescritora	Numero Prescrito	Total
Hospitais da Universidade de Coimbra	155	
Centro Hospitalar Coimbra	780	
Centro Hospitalar Cova da Beira	539	
Centro Hospitalar Caldas da Rainha	218	
Centro de Medicina de Reabilitação Rovisco Pais	486	
Hospital Distrital da Figueira da Foz	71	
Hospital Distrital Aveiro	59	
Hospital Distrital Leiria	488	
Hospital Distrital Guarda	55	
Hospital Distrital Alcobça	25	
Hospital Distrital Pombal	44	
Hospital Peniche	30	
Hospital Cantanhede	9	
Hospital Tondela	0	
Hospital Anadia	3	
Hospital Seia	0	
Hospital Estarreja	0	
Hospital Ovar	1	
Hospital Castelo Branco	81	
Hospital Águeda	13	
Hospital S. João Madeira	33	
Hospital Oliveira Azeméis	0	
Hospital S. Teotónio (Viseu)	786	
IPO(Coimbra)	1263	
ARSCentro		5139

Tabela 15 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Lisboa e Vale do Tejo

Entidade Prescritora	Numero Prescrito	Total
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental	574	
Centro Hospitalar Lisboa Norte (Sta .Maria)	804	
Centro Hospitalar Lisboa Central	1878	
Centro Hospitalar Torres Vedras	142	
Centro Hospitalar Médio Tejo	239	
Centro Hospitalar Setúbal	168	
Centro Hospitalar Cascais	342	
Hospital Curry Cabral	427	
Hospital Amadora Sintra (B)	324	
Hospital Garcia de Orta	126	
IPO de Lisboa	130	
Instituto Gama Pinto	29	
Hospital Litoral Alentejano	168	
Hospital Distrital Santarém	97	
Hospital Distrital Montijo	5	
Hospital Barreiro	145	
Hospital Vila Franca de Xira	6	
ARSLisboa e Vale do Tejo		5604

Tabela 16 – Distribuição do número de Tecnologias de Apoio por Entidades Prescritoras na ARS de Lisboa e Vale do Tejo

Entidade Prescritora	Numero Prescrito	Total
Centro Hospitalar Barlavento Algarvio	97	
Hospital Distrital de Faro	681	
Centro de Medicina de Reabilitação do Sul	407	
Centro Hospitalar Baixo Alentejo	147	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	61	
Hospital Distrital Évora	215	
ARS Alentejo e Algarve		1608

VI. Caracterização da Execução Física e Financeira

i. ISS, IP

O Despacho n.º 28936/2007, de 20 de Dezembro, estabeleceu que o montante global proveniente do orçamento do ISS, IP para este Sistema seria de € 3.822.3792, com uma disposição variável entre os Centros Distritais do ISS, IP.

No que se refere à execução financeira, o montante global gasto foi de 3.804.956,46 (99,7%), existindo ligeiras diferenças entre os valores orçamentos e executados, na medida em que nem todos os distritos atingiram um grau de execução de 100%, nomeadamente Beja, Bragança, Guarda, Leiria e Vila Real.

É ainda de salientar que Lisboa e Porto foram os distritos com orçamentos programas superiores e conseqüentemente com uma maior execução financeira, enquanto que Vila Real e Castelo Branco dispuseram de orçamentos mais limitados. No entanto e apesar de Lisboa ter tido um orçamento superior ao do Porto, foi este último distrito que atribuiu e financiou Tecnologias de Apoio a um maior número de pessoas.

Tabela 17– Distribuição do Montante Global Programado, Valor Executado e Taxa de Execução, por C. Dist do ISS, IP

Centros Distritais	Orçamento Programado	Orçamento Executado	Taxa de Execução
Aveiro	224.443,0 €	224.443,0 €	100%
Beja	129.994,0 €	126.086,8 €	97%
Braga	273.534,0 €	273.457,6 €	100%
Bragança	135.040,0 €	132.437,8 €	98%
Castelo Branco	120.837,0 €	120.837,0 €	100%
Coimbra	213.190,0 €	213.190,0 €	100%
Évora	170.153,0 €	170.153,0 €	100%
Faro	293.298,0 €	293.287,6 €	100%
Guarda	124.343,0 €	124.278,8 €	100%
Leiria	152.591,0 €	149.997,1 €	98%
Lisboa	635.706,0 €	635.745,4 €	100%
Portalegre	126.251,0 €	126.242,0 €	100%
Porto	522.656,0 €	522.656,0 €	100%
Santarém	140.666,0 €	140.665,9 €	100%
Setúbal	172.302,0 €	172.301,5 €	100%
Viana Castelo	122.206,0 €	122.206,0 €	100%
Vila Real	117.266,0 €	116.829,0 €	100%
Viseu	147.903,0 €	147.893,8 €	100%
Total	3.822.379,0 €	3.812.708,1 €	99,7%

ii. IEFP, IP

Em 2007, o montante global executado pelos Centros de Emprego, Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão e outras entidades prescritoras e financiadoras para atribuição de Tecnologias de Apoio destinadas ao acesso à formação profissional e ao emprego foi de € 2.056.816,74, tal como apresentado no quadro que se segue.

Tabela 18- Execução Física e Financeira Global

	Nº de Pessoas Apoiadas	Nº de Ajudas Técnicas Atribuídas	Montante Atribuído	Montante Executado	Taxa de Execução
Delegações Regionais / Centros de Emprego	375	558	1805460	1710266,43	94,7%
Entidades	136	230	748.500,00	346.550,31	46,3%
Total	511	788	2.553.960,00	2.056.816,74	80,5%

Numa análise ao financiamento por entidade prescritora constata-se que, em termos globais, a maioria das prescrições foi realizada em Centros Especializados (61,9%) sendo que foram pagas não só pelos serviços directos do IEFP I.P., como pelas entidades privadas que integram o sistema, logo seguidas das prescrições efectuadas pelos serviços de medicina do trabalho dos centros de emprego, sendo que estas foram exclusivamente pagas pelos serviços do IEFP, I.P. com quase 20% do total das prescrições efectuadas, as prescrições passadas nos Hospitais representam 14,6% do total e foram maioritariamente pagas pelos serviços do IEFP, I.P.

Tabela 19- Execução Por Entidade Prescritora

	Centro de Saúde	Centro Especializado	Hospital	Instituto do Emprego e Formação Profissional
Delegações Regionais / Centros de Emprego	31	278	95	154
Entidades	0	210	20	0
Total	31	488	115	154

No que se refere à finalidade das Tecnologias de Apoio financiadas por financiador, como pode ver-se no quadro seguinte, verifica-se a tendência

generalizada para a prevalência da prescrição de Tecnologias de Apoio para a manutenção do emprego, que representam 59,3% do total das prescrições.

Tabela 20- Execução por Finalidade

	Acesso à Formação Profissional	Frequência da Formação Profissional	Acesso ao Emprego	Manutenção do Emprego	Progressão no Emprego	Total
Delegações Regionais / Centros de Emprego	5	75	52	399	27	558
Entidades	17	116	24	68	5	230
Total	22	191	76	467	32	788

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS DELEGAÇÕES REGIONAIS/IEFP, I. P.

Tabela 21- Execução Física e Financeira das Delegações

DELEGAÇÕES REGIONAIS	Pessoas Apoiadas	Técnicas Atribuídas	Montante Atribuído	Montante Executado	Taxa de Execução
Norte	186	280	679.960,00	829.674,90	122,0%
Centro	42	62	100.000,00	153.540,44	153,5%
Lisboa e Vale do Tejo	116	159	875.000,00	548.772,92	62,7%
Alentejo	17	27	77.000,00	88.703,50	115,2%
Algarve	14	30	73.500,00	89.574,67	121,9%
Total	375	558	1.805.460,00	1.710.266,43	94,7%

Da análise da Tabela 12 destaca-se o facto de, as Delegações Regionais apresentarem uma execução acima dos valores previstos no Despacho do Instituto Nacional de Reabilitação, I.P., excepto a Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo que em 2007 apresentou uma taxa de execução de apenas 62,7%. Em termos globais verifica-se que a execução dos serviços locais do IEF, I. P. foi de 94,7 %.

Em termos de execução física destacam-se claramente as Delegações Regionais do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, que no seu conjunto atribuíram mais de 78% das Tecnologias de Apoio financiadas pelos de centros de emprego e pelo centro de reabilitação profissional de Alcoitão.

TECNOLOGIAS DE APOIO ATRIBUÍDAS PELAS ENTIDADES PRIVADAS/CENTROS DE REABILITAÇÃO

No que se refere às ajudas técnicas atribuídas e financiadas pelas entidade privadas/centros de reabilitação financiadores e prescritores no âmbito do sistema

supletivo, estas encontram-se contabilizadas por classificação ISO, bem como os respectivos montantes gastos em cada uma das classes, na Tabela 18.

Tabela 22- TA atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo

Classificação ISO	Ajudas Técnicas Atribuídas	Montante Pago
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	21	5.761,33
06 - Ortóteses e Próteses	37	39.608,84
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	15	4.539,51
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	77	205.011,79
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	2	164,55
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	22	29.433,72
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	48	60.803,06
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	8	1.227,51
Total	230	346.550,31

Verifica-se que também para as entidades privadas/centros de reabilitação, as três classes das Tecnologias de Apoio mais atribuídas e financiadas foram: a classe 12 – Ajudas para a Mobilidade (77), a classe 21 – Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização (48), seguida da classe 06 – Ortóteses e Próteses (37).

Tabela 23 - Custo médio das TA atribuídas por Classificação ISO

Classificação ISO	Custo Médio por Ajuda Atribuída
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	274,35
06 - Ortóteses e Próteses	1.070,51
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	302,63
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	2.662,49
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	82,28
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	1.337,90
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	1.266,73
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	153,44
Total	1.506,74

Efectuada a análise dos custos médios dos financiamentos realizados pelas entidades financiadoras verificamos que o custo médio mais elevado ocorre na Classe 12, seguidas das classes 18 e 21.

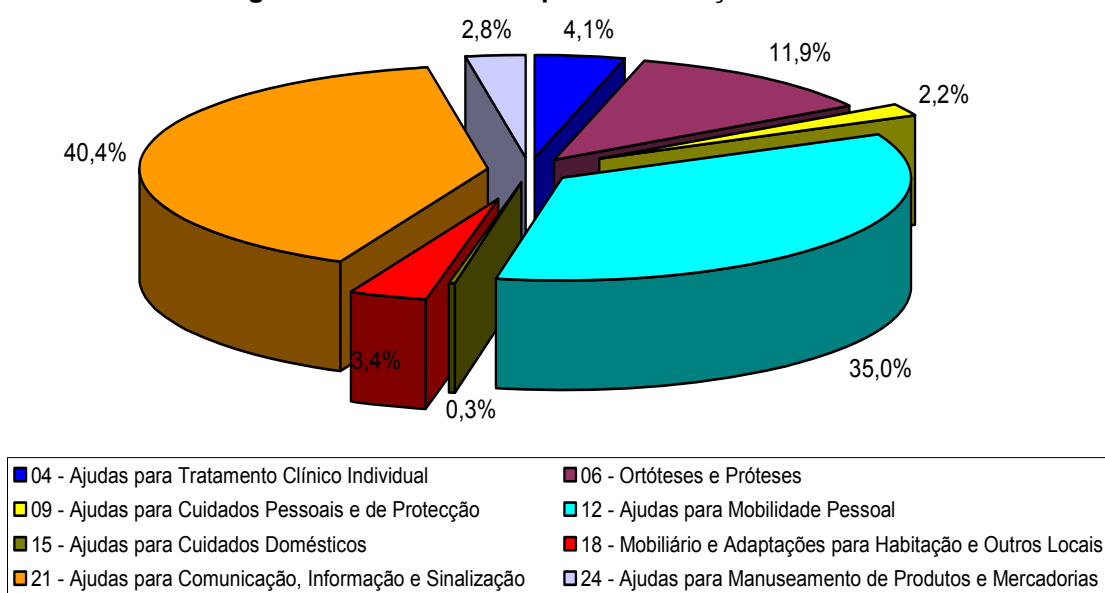
TECNOLOGIAS DE APOIO FINANCIADAS PELO IEFP, I. P.

Numa análise global que considerou o número total de Tecnologias de Apoio atribuídas e financiadas – quer pelos centros de emprego quer pelo grupo das entidades privadas/centros de reabilitação – por classes ISO, foi possível apurar as seguintes percentagens por classes:

Tabela 24 - TA atribuídas por Classificação ISO

Classificação ISO	Ajudas Técnicas Atribuídas	%
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	32	4,1%
06 - Ortóteses e Próteses	94	11,9%
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	17	2,2%
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	276	35,0%
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	2	0,3%
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	27	3,4%
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	318	40,4%
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	22	2,8%
Total	788	100,0%

Gráfico 21- Percentagem das TA atribuídas por classificação ISO



As percentagens anteriormente apresentadas, reflectem-se num número total de 788 Tecnologias de Apoio atribuídas e financiadas, distribuídas da seguinte forma por todas as classes da lista homologada.

Tabela 25 - TA atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo

Classificação ISO	Ajudas Técnicas Atribuídas	Montante Pago
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	32	10.359,18
06 - Ortóteses e Próteses	94	219.205,47
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	17	7.493,48
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	276	1.013.703,85
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	2	164,55
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	27	50.103,25
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	318	743.901,82
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	22	11.885,14
Total	788	2.056.816,74

Como classe mais financiada, surge a classe 12 – Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização (318), imediatamente seguida da classe 21 – Ajudas para a Mobilidade (276) e da classe 06 - Ortóteses e Próteses (94).

Note-se no entanto, que o conjunto de Tecnologias de Apoio atribuídas na classe 21, embora em número bastante superior (319 na classe 21 para 276 na classe 12), apresenta valores de execução inferiores aos valores de execução na classe 12.

iii. DGS

No que se refere à execução financeira, o montante global gasto de € 5.968.475,46, relativamente ao total atribuído de € 6.000.000,00, representa uma taxa de execução financeira de 99%.

Sobre este aspecto é de salientar que Lisboa e Porto foram os distritos com orçamentos programas mais elevados, o que não é de estranhar já que correspondem às regiões mais povoadas. No entanto e apesar de Lisboa ter tido um gasto total superior ao do Porto, foi este último distrito que atribuiu e financiou Tecnologias de Apoio a um maior número de pessoas (5.604 e 6.287, respectivamente).

Gráfico 22 - Execução Financeira Global por Administração Regional de Saúde

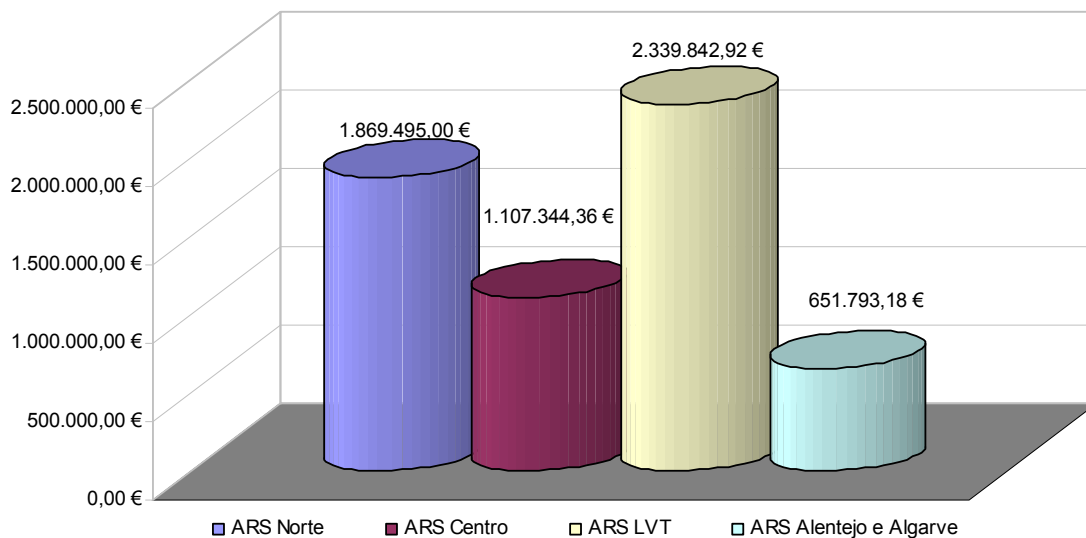
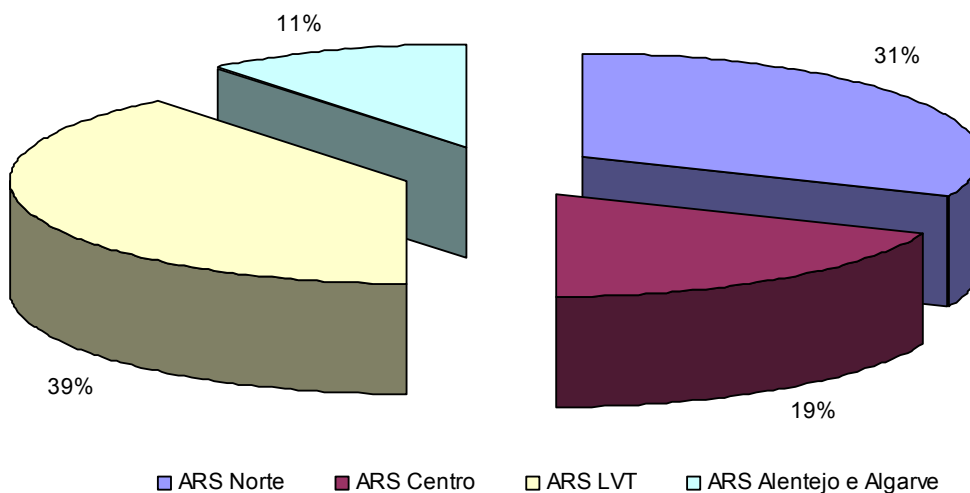


Gráfico 23- Percentagem da execução Financeira Global por Administração Regional de Saúde



VII. Constrangimentos do Sistema Supletivo

i. ISS, IP

Ao longo dos anos em que o Sistema Supletivo tem sido incrementado, foram detectados seis grandes grupos de constrangimentos:

A. Prescrição

- _ Não são claras as áreas geográficas para efeitos de prescrição
- _ Preenchimento incorrecto e incompleto das prescrições médicas
- _ Obrigatoriedade de prescrição em consulta externa
- _ Hospital pode dar alta ao doente sem lhe ser atribuída a ajuda técnica necessária

B. Financiamento

- _ O princípio de gratuidade não tem em conta a condição sócio económica da pessoa com deficiência e do seu agregado familiar
- _ O princípio da universalidade coloca ao mesmo nível situações de incapacidade muito diferentes que seria urgente priorizar
- _ Ausência de um processo de controlo sobre a atribuição individualizada de Ajudas Técnicas, permitindo detectar duplicação de atribuições
- _ Ausência de um processo de standardização de orçamentos, na medida em que a mesma ajuda técnica / tecnologia de apoio tem valores dispares nos diferentes distritos
- _ Arbitrariedade na forma de financiar as ajudas técnicas / tecnologias de apoio
- _ Insuficiência de verbas
- _ Publicação tardia do Despacho Conjunto dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, o qual estabelece a verba específica para cada CDist do ISS, IP

C. Informação

- _ Ausência de informação sistematizada sobre Ajudas Técnicas disponíveis no mercado
- _ Divulgação insuficiente sobre procedimentos junto dos serviços intervenientes

D. Articulação Interinstitucional

- _ Deficiente articulação entre Centros de Saúde e CDist do ISS, IP
- _ Articulação entre Centros de Saúde e Hospitais não é feita de modo a garantir continuidade no processo de reabilitação
- _ Hospitais enviam indevidamente pedidos aos CDist do ISS, IP

E. Qualidade

- _ Não existe controlo de qualidade das Ajudas Técnicas
- _ Não existe um processo de reutilização de ajudas técnicas
- _ Morosidade no processo de atribuição
- _ Não existe um correcto aconselhamento, adequação e acompanhamento na utilização das Ajudas Técnicas
- _ O sistema carece de mecanismos de Avaliação

F. Procedimentos

- _ Ausência de regulamentação / normas orientadoras do Sistema Supletivo que permitam um tratamento dos casos de forma igual em todo o País
- _ Inexistência de um Guião/ Manual de Procedimentos, Fluxograma, que permita organizar e instruir os Processos.
- _ Necessidade de Reorganização de um novo processo em cada ano civil
- _ Solicitação de 3 Orçamentos
- _ Todos os subsistemas solicitam documentos originais

VIII. Sínteses

i. ISS, IP

O Sistema Supletivo é uma medida que promove a qualidade de vida de algumas pessoas portadoras de deficiência e ou incapacidade, que, com a utilização de ajudas técnicas/tecnologias, conseguem aumentar a sua qualidade de vida.

De acordo com a análise dos mapas síntese enviados pelos C.Dist do ISS, IP foi possível aferir os indicadores de execução desta medida nos 18 distritos, dos quais se destacam os seguintes:

Tabela 26- Síntese

Número de Pessoas Apoiadas				5.463
Género	Masculino	52%		2.839
	Feminino	48%		2.610
Média de Idades	Nacional			49
	Máxima			73
	Mínima			25
Sistema de Saúde	SNS	94%		5.089
	ADSE	2%		107
	Outros	4%		267
Entidades Prescritoras	Centros de Saúde	74%		4.048
	Hospitais	23%		1.235
	Outras	3%		180
Número de Ajudas Técnicas / Tecnologias de Apoio Atribuídas				5.506
Tipologia de Ajudas Técnicas / Tecnologias de Apoio	Fraldas	31%		1.711
	Cadeiras de Rodas	15%		664
	Outras	54%		3.131
Orçamento Programado				3.822.379,0 €
Orçamento Executado				3.812.708,1 €
Taxa de Execução Financeira				99,7%

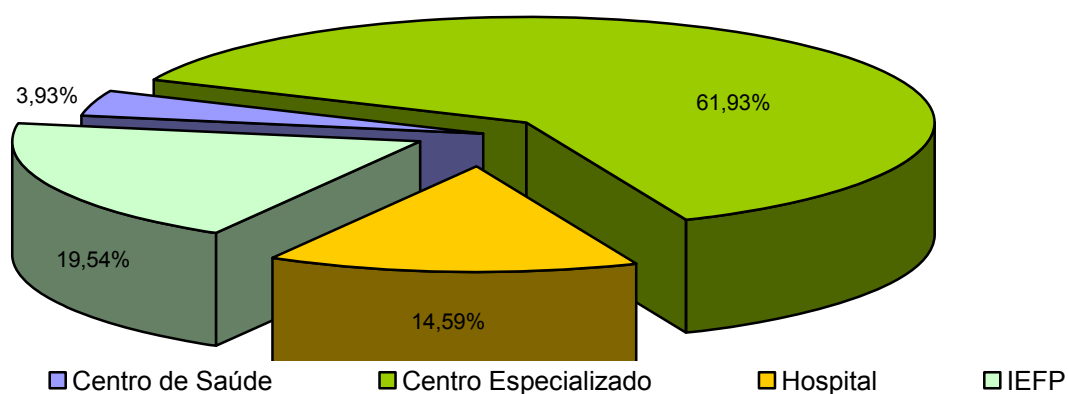
Na sequência dos Constrangimentos identificados no ponto 2 do presente relatório, importa referir que urge a necessidade de revisão deste Sistema e a definição de um novo sistema integrado ao nível do financiamento, prescrição e atribuição tal como está patente no 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI).

Estas acções permitirão reformular e modernizar o modelo de protecção social para a deficiência e incapacidade tendo em vista uma melhor racionalização na gestão e eficácia do sistema.

ii. IEFP, IP

Em síntese, das 788 ajudas financiadas pelo IEFP, I. P. a 511 pessoas com deficiência, 81,47% % foram prescritas pelos serviços do IEFP, I. P. e entidades privadas que reportam a este Instituto e, 18,53% foram prescritas por Hospitais e Centros de Saúde, conforme se pode observar no Gráfico 24.

Gráfico 24- Percentagem de AT atribuídas por Entidade Prescritora



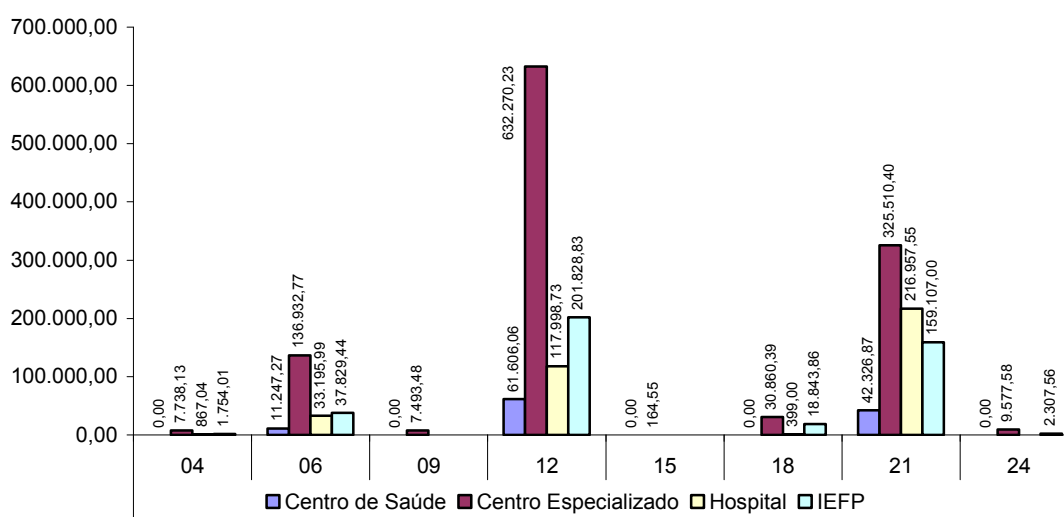
A execução financeira global foi de 2.056.816,74 €, tendo ocorrido uma maior concentração de despesa nas classes ISO 12 (1.013.703,85 €) e 21 (743.901,82 €) correspondendo, respectivamente, a 49,3% e a 36,2% do executado.

Tabela 27- AT atribuídas por Classificação ISO e respectivo custo (%)

Classificação ISO	Ajudas Atribuídas	% das Atribuições	Montante Pago	% do Custo
04 - Ajudas para Tratamento Clínico Individual	32	4,1%	10.359,18	0,5%
06 - Ortóteses e Próteses	94	11,9%	219.205,47	10,7%
09 - Ajudas para Cuidados Pessoais e de Protecção	17	2,2%	7.493,48	0,4%
12 - Ajudas para Mobilidade Pessoal	276	35,0%	1.013.703,85	49,3%
15 - Ajudas para Cuidados Domésticos	2	0,3%	164,55	0,0%
18 - Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Locais	27	3,4%	50.103,25	2,4%
21 - Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização	318	40,4%	743.901,82	36,2%
24 - Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias	22	2,8%	11.885,14	0,6%
Total	788	100,0%	2.056.816,74	100,0%

O Gráfico 25 permite a observação do custo global das ajudas técnicas financiadas pelo IEFP, I. P. por classe ISO, e pelos diversos serviços prescritores (Centro de Saúde, entidades privadas/centros de reabilitação, Hospitais e serviços de Medicina do Trabalho do IEFP, I. P.).

Gráfico 25- Entidades Prescritoras / custo Global das TA atribuídas por ISO



São os centros especializados os maiores prescritores de ajudas técnicas financiadas pelo IEFP, I. P., em todas as classes analisadas, como seria expectável, no entanto a prescrição hospitalar ainda tem peso relevante nas classes 09 e 15. Seguindo a tendência já referida anteriormente ocorre uma maior concentração de prescrição dos serviços do IEFP, I. P. na classe 12, logo seguida pela classe 21. Sendo que estas são as duas classes de ajudas técnicas que constituem os grupos mais financiados pelo IEFP, I. P.

iii. DGS

Em síntese, das **18.868** Tecnologias de Apoio, disponibilizadas pelos hospitais do SNS, 6.287 destinaram-se à região do Norte, 5.139 à região Centro, 5.604 à região Lisboa e Vale do Tejo e 1.608 às regiões do Alentejo e Algarve.

O montante global gasto de € 5.968.475,46, representou uma taxa de execução financeira de 99%, relativamente ao montante orçamentado de € 6.000.000,00.

O orçamento programa global e respectiva execução financeira, reflectiram as densidades demográficas de cada região, não estranhando por isso que Lisboa e Porto tenham sido os distritos com orçamentos programas mais elevados. No entanto e apesar de Lisboa ter tido um gasto total superior ao do Porto, foi este último distrito que atribuiu e financiou Tecnologias de Apoio a um maior número de pessoas (5.604 e 6.287, respectivamente).

A tabela 28, que se segue, sintetiza a informação relativa à execução financeira de cada hospital, quanto aos montantes atribuídos. Dos 64 hospitais que obtiveram a verba do financiamento supletivo verificamos que existem 13 hospitais em que a taxa de execução financeira foi inferior a 60% e nestas situações há que repensar o financiamento.

Hospitais com taxas inferiores a 15%:

- Hospital Distrital Valongo – 0%
- Hospital Cantanhede – 11%
- Hospital Tondela – 0%
- Hospital Anadia – 14%
- Hospital Seia – 0%

- Hospital Estarreja – 0%
- Hospital Ovar – 4%
- Hospital Oliveira Azeméis 0%

Hospitais com taxas entre 15% e 60%:

- Hospitais da Universidade de Coimbra – 24%
- Instituto Gama Pinto – 28%
- Hospital S. João Madeira – 47%
- Hospital Garcia de Orta – 58%
- Hospital Vila Franca de Xira – 28%
- Centro de Medicina de Reabilitação do Sul – 58%

Sugere-se que a verba libertada, através do não financiamento aos hospitais com menos de 15% de execução financeira, possa ser aplicada como reforço do orçamento atribuído aos 8 hospitais, em que a sua taxa de execução foi superior a 150%:

- Centro Hospitalar Coimbra – 168%
- Centro de Medicina de Reabilitação Rovisco Pais – 168%
- Hospital Amadora Sintra – 211%
- IPO de Lisboa – 192%
- Hospital Distrital Santarém – 197%
- Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio – 152%
- Hospital Distrital de Faro – 274%
- Hospital Distrital de Évora – 157%

Tabela 28- Execução Financeira por Hospital

Hospitais	Gasto	Total Gasto	Orçamento	Total Orçamento	Exec. Financ.
Hospital S.Marcos (Braga)	115.879,17 €		180.000,00 €		64%
Hospital Distrital Valongo	0,00 €		2.500,00 €		0%
Centro Hosp. Trás-os-Montes e A.Douro	101.924,04 €		103.000,00 €		99%
Centro Hospitalar Alto Ave	49.995,88 €		56.500,00 €		88%
Centro Hospitalar Médio Ave	9.100,37 €		9.100,00 €		100%
Hospital S.João	383.625,53 €		294.400,00 €		130%
Hospital St.António	454.620,00 €		450.000,00 €		101%
Hospital Sta.Maria da Feira	19.046,38 €		90.000,00 €		21%
Hospital Sta.M.ªMaior (Barcelos)	2.728,90 €		2.500,00 €		109%
IPO(Porto)	104.036,78 €		120.000,00 €		87%
Centro Hospitalar Porto Maria Pia	30.668,34 €		44.000,00 €		70%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia	411.584,01 €		410.000,00 €		100%
Centro Hospitalar Alto Minho	63.998,11 €		64.000,00 €		100%
Centro Hospitalar Tâmega e Vale Sousa	30.338,85 €		26.000,00 €		117%
Centro Hospitalar Nordeste Transmontano	41.315,57 €		50.000,00 €		83%
Centro Hospitalar P.Varzim e V. Conde	15.562,78 €		15.000,00 €		104%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos	35.070,29 €		35.000,00 €		100%
ARS Norte		1.869.495,00 €		1.952.000,00 €	96%
Hospitais da Universidade de Coimbra	75.287,15 €		310.000,00 €		24%
Centro Hospitalar Coimbra	285.935,60 €		170.000,00 €		168%
Centro Hospitalar Cova da Beira	71.104,94 €		59.000,00 €		121%
Centro Hospitalar Caldas da Rainha	69.526,25 €		55.000,00 €		126%
Centro Medicina Reabilitação R. Pais	99.835,83 €		59.500,00 €		168%
Hospital Distrital da Figueira da Foz	29.376,94 €		30.000,00 €		98%
Hospital Distrital Aveiro	33.096,82 €		45.000,00 €		74%
Hospital Distrital Leiria	140.705,86 €		130.000,00 €		108%
Hospital Distrital Guarda	57.876,83 €		60.000,00 €		96%
Hospital Distrital Alcobaça	3.450,36 €		5.500,00 €		63%
Hospital Distrital Pombal	11.133,00 €		13.000,00 €		86%
Hospital Peniche	5.177,95 €		7.000,00 €		74%
Hospital Cantanhede	1.642,31 €		15.000,00 €		11%
Hospital Tondela	0,00 €		3.000,00 €		0%
Hospital Anadia	414,75 €		3.000,00 €		14%
Hospital Seia	0,00 €		3.000,00 €		0%
Hospital Estarreja	0,00 €		3.000,00 €		0%
Hospital Ovar	112,80 €		3.000,00 €		4%
Hospital Castelo Branco	50.501,23 €		59.000,00 €		86%
Hospital Agueda	5.309,62 €		7.000,00 €		76%
Hospital S. João Madeira	7.107,44 €		15.000,00 €		47%
Hospital Oliveira Azeméis	0,00 €		5.000,00 €		0%
Hospital S.Teotónio (Viseu)	104.768,78 €		95.000,00 €		110%
IPO(Coimbra)	54.979,90 €		55.000,00 €		100%
ARS Centro		1.107.344,36 €		1.210.000,00 €	92%
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental	178.525,29 €		190.000,00 €		94%
Centro Hospitalar Lisboa Norte	450.865,97 €		365.000,00 €		124%
Centro Hospitalar Lisboa Central	860.247,29 €		1.053.000,00 €		82%
Centro Hospitalar Torres Vedras	21.935,70 €		30.000,00 €		73%
Centro Hospitalar Médio Tejo	58.638,59 €		80.000,00 €		73%
Centro Hospitalar Setúbal	96.994,03 €		110.000,00 €		88%
Centro Hospitalar Cascais	30.420,10 €		50.000,00 €		61%
Hospital Curry Cabral	88.290,17 €		75.000,00 €		118%
Hospital Amadora-Sintra (B)	179.241,65 €		85.000,00 €		211%
Hospital Garcia de Orta	87.405,41 €		150.000,00 €		58%
IPO de Lisboa	124.477,53 €		65.000,00 €		192%
Instituto Gama Pinto	13.784,98 €		50.000,00 €		28%
Hospital Litoral Alentejano	36.455,68 €		31.000,00 €		118%
Hospital Distrital Santarém	49.236,28 €		25.000,00 €		197%
Hospital Distrital Montijo	5.889,43 €		6.000,00 €		98%
Hospital Barreiro	51.039,27 €		53.000,00 €		96%
Hospital Vila Franca de Xira	6.395,55 €		23.000,00 €		28%
ARS Lx.ª+Vale Tejo		2.339.842,92 €		2.441.000,00 €	96%
Centro Hospitalar Barlavento Algarvio	65.563,60 €		43.000,00 €		152%
Hospital Distrital de Faro	394.013,10 €		144.000,00 €		274%
Centro de Medicina de Reabilitação do Sul	58.100,24 €		100.000,00 €		58%
Centro Hospitalar Baixo Alentejo	35.541,09 €		35.000,00 €		102%
Unidade Local Saúde do Norte Alentejano	20.267,67 €		25.000,00 €		81%
Hospital Distrital Évora	78.307,48 €		50.000,00 €		157%
ARS Alentejo e Algarve		651.793,18 €		397.000,00 €	164%
T o t a l		5.968.475,46 €		6.000.000,00 €	99%

IX. Conclusão

O Grupo de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Supletivo, através dos representantes das entidades envolvidas nomeadamente: Instituto da Segurança Social (ISS, IP), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), Direcção-Geral da Saúde (DGS) e do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP) no âmbito das competências que lhes estavam cometidas, asseguraram entre outras as seguintes acções:

- Análise dos mapas de síntese de registo de prescrição /atribuição de ajudas técnicas
- O cumprimento da normas estabelecidas no despacho regulamentar e a correcta aplicação do orçamento atribuído
- Tratamento global e estatístico da informação recolhida
- Relatório final de diagnóstico e avaliação física e financeira da execução do despacho regulamentar.

Mais uma vez foram verificados vários constrangimentos semelhantes aos dos anos anteriores e que passamos a enumerar:

1. Princípios de base do Financiamento Supletivo das tecnologias de Apoio
2. Disponibilização tardia do Financiamento por publicação tardia do Despacho
3. Morosidade entre a avaliação, a identificação da necessidade e a atribuição da Tecnologia de apoio
4. Fichas de prescrição/atribuição mal preenchidas
5. Os serviços de Medicina Física e de Reabilitação continuam a ser os grandes prescritores da maioria das Tecnologias de Apoio, esgotando as verbas do financiamento supletivo, e como tal, não abarcando as necessidades de outras valências clínicas.
6. Qualquer que seja a Tecnologia de Apoio, a sua atribuição só é feita mediante a prescrição médica, o que nalguns casos específicos, parece não ser o mais adequado
7. Não existe uma base de dados, que permita a gestão integrada do Sistema Supletivo de Prescrição, Atribuição e Financiamento da Tecnologias de Apoio, de forma a ser possível fazer um cruzamento de dados a nível nacional.
8. A avaliação da execução física e financeira do financiamento supletivo das Tecnologias de Apoio, com resultados fiáveis da realidade nacional, só será

possível após o melhoramento de instrumentos e suportes de recolha e tratamento da informação, a serem utilizados pelas entidades prescritoras e financiadoras. No entanto face às assimetrias verificadas e à baixa execução financeira, sobretudo de alguns hospitais, deverão ser identificados os motivos e consequentemente proceder-se a ajustamentos na redistribuição das verbas

9. Existe uma prática de empréstimo das Tecnologias de Apoio como forma de dar resposta atempada aos vários pedidos existentes. São os Hospitais, Centros de Saúde, Centros Distritais de Segurança Social e alguns Centros Especializados, que normalmente utilizam este tipo de resposta, mas a adequabilidade da tecnologia emprestada em relação às características de cada cliente, não é frequentemente a mais correcta e eficaz.
10. A ausência de critérios relativamente à retoma e à reparação e manutenção das Tecnologias de Apoio, bem como a falta de controlo de qualidade subsequente, leva a que não possam ser reutilizadas com fiabilidade.
11. Os aspectos relacionados com a atribuição de material restaurado deverão passar não só por uma certificação de qualidade do material a atribuir, mas também por um processo de sensibilização da população portuguesa.

Propostas

Para uma melhor eficácia e eficiência do processo de prescrição e financiamento das Tecnologias de Apoio, será necessário a introdução de grandes alterações ou mesmo a criação de um novo sistema a nível nacional, para atribuição e avaliação destes produtos.

1. O despacho nº 26950/2007 cria um novo grupo de trabalho com a inclusão do Ministério da Educação para a elaboração de uma proposta de soluções legislativas, regulamentares e técnicas ao sistema supletivo.

Neste relatório que aguarda deferimento das tutelas, foi proposta a criação de um sistema integrado, que permita a gestão da atribuição das Tecnologias de Apoio bem como o controlo orçamental. Ao mesmo tempo o sistema de financiamento deverá ser desburocratizado, ao simplificar as formalidades exigidas pelos serviços prescritores, criando uma base de dados de registo de pedidos, de forma a controlar não só a duplicação de financiamento ao mesmo utente (com o mesmo material) como agilizar a entrega dos pedidos efectuados durante o ano.

2. Devem ser constituídos grupos de auditores para a avaliação de todas as situações.

3. Deve ser fomentada a formação contínua dos técnicos que actuam quer no âmbito da prescrição das Tecnologias de Apoio, quer na sua atribuição e financiamento.

4. Devem ser definidos critérios para a inclusão dos Centros Especializados através de uma avaliação da Qualidade e posteriormente serem realizados controlos de qualidade/ auditorias a esses Centros Especializados.

5. Devem ser definidos critérios, para os vários subsistemas envolvidos, de forma a haver uma normalização no modo de atribuição das Tecnologias de Apoio

LS/

X. Anexos

Despacho nº 28936/2007